

Cidades

RENATO CASAGRANDE GOVERNADOR DO ESTADO

“Toda a população teria que pagar”

JUSSARA MARTINS - 05/07/2013

Governador afirma que haverá prejuízos para o Estado, caso o contrato com a Rodosol seja quebrado por meio de decreto legislativo

Francine Spinassé
Daniel Figueredo

Diante da onda de protestos das últimas semanas, que têm como principal reivindicação o fim do pedágio na Terceira Ponte, e da possível votação de um decreto legislativo que prevê o alcance desse objetivo, o governador do Estado, Renato Casagrande, alertou sobre os prejuízos que a quebra de contrato com a Rodosol acarretaria à população. Ele pediu um debate sobre as consequências.

Segundo ele, se o projeto de decreto for aprovado pelos deputados na votação prevista para esta semana, o Estado poderia ter de arcar com multa de cerca de R\$ 550 milhões.

“Se o governo tiver que encampar o contrato, até quem nunca viu a ponte teria que pagar.”

A TRIBUNA —
Como o senhor avalia os protestos das últimas semanas?

RENATO CASAGRANDE —
As manifestações são atitudes legítimas das pessoas que

reivindicam, protestam e querem ter seus direitos atendidos. Historicamente, brasileiros vão às ruas de tempo em tempo reivindicar. O que tem de diferente neste momento é que as manifestações estão conectadas com o mundo todo. A tecnologia nos permite essa conectividade ampla.

As manifestações anteriores não tinham essa amplitude mundial e tinham bandeiras muito definidas. Era “Fora Collor” ou era pela redemocratização. Tinha líderes, que eram partidários ou artistas.

Agora, essas manifestações têm líder, mas é um líder oculto. Que não se expressa e nem tem desejo de se apresentar como líder. E também tem uma pauta muito ampla. São muitas demandas, que vão desde questões muito pessoais até questões coletivas.

> Nos últimos dias, o senhor percebe mudança no movimento?

O que vemos é que o movimento de hoje não é o mesmo de 15 dias atrás. Aquele momento, que tivemos uma grande massa de pessoas indo às ruas, a marcha dos 100 mil, foi uma explosão de pessoas de diversos perfis, classes sociais, idades e escolaridades diversas.

Eles reivindicavam melhorias, mais rapidez na prestação de serviço, aproveitaram o movimento que estava acontecendo no Brasil.

De lá para cá, em todas as manifestações, tivemos a violência e o vandalismo presentes. Muitas pessoas que buscavam um Estado mais eficiente se afastaram.

> Mesmo assim, muitos continuam indo às ruas.

As manifestações continuam acontecendo com pessoas que se manifestam legitimamente, mas com a presença grande de vândalos. Eles vão para depredar lojas, patrimônio público, carros, para enfrentar a polícia e com bandidos infiltrados e armados. Os grupos que dominam as manifestações hoje querem mais do Estado. Querem pedágio zero, tarifa zero, querem muito

mais investimento da administração pública. Querem o Estado maior, se agigantando. E Estado gigante quase sempre é Estado ineficiente.

> Sobre o movimento que ocupa a Assembleia Legislativa, reivindicando a tarifa zero do pedágio, qual será a consequência se esse decreto legislativo for aprovado?

Compreendo que esse debate na Assembleia é importante para sabermos qual Estado queremos. Queremos um Estado que respeita a legislação e a Constituição? Então não se pode aprovar o decreto. Nós temos um Estado que respeita contratos ou não?

Nós argumentamos muito sobre isso com relação aos royalties do petróleo e ganhamos uma decisão liminar da ministra Carmem Lúcia no Supremo Tribunal Federal. Agora, internamente, há lideranças que defendem rompimentos de contratos.

> O que aconteceria se o contrato fosse rompido?

Se isso acontecer, eu tenho que

“Se eu tiver de desembolsar R\$ 550 milhões, não será dinheiro do usuário da ponte, mas de todos os capixabas”



RENATO CASAGRANDE defende que contrato com a Rodosol seja devidamente analisado para que não haja prejuízos

Concessão da Rodosol Contrato será auditado

CONTRATO

O rompimento com a Rodosol pode gerar multa de R\$ 550 milhões ao Estado.

PEDÁGIO

Está sendo avaliado se a tarifa na Terceira Ponte pode de ser reduzida ou eliminada.

AUDITORIA

Avalia os termos do contrato com a Rodosol e deve ser concluída em três meses

desembolsar em torno de R\$ 550 milhões. E se eu tiver de desembolsar isso, não será dinheiro do usuário da ponte, nem da Rodovia do Sol, mas de todos os capixabas. Usando a ponte ou não, toda a população teria que pagar.

Por isso, nós estamos fazendo auditoria, que começa já na segunda-feira (amanhã), com a nossa agência de serviços (Arsi) encaminhando ao Tribunal de Contas do Estado toda a documentação, para que o Tribunal conclua em três meses.

“Só posso fazer redução ou qualquer alteração no contrato se eu tiver um estudo que aponte que é possível fazer isso”

> Qual o objetivo da auditoria?

Ela poderá apontar: é possível fazer ajustamento no contrato? Tem um novo reequilíbrio econômico-financeiro que permita reduzir o pedágio? Tem algum erro que torna esse o contrato ilegítimo?

Foi feita auditoria em 2003, em 2008 e faremos mais uma em 2013. É natural que um contrato grande como esse sofra, de tempo em tempo, essa avaliação para restabelecer um novo reequilíbrio.

Para ver se o fluxo de veículos permite reduzir o pedágio ou se tem, de fato, algum equívoco que não foi encontrado ainda.

> O que essa auditoria tem de diferente das outras já feitas?

Estamos fazendo com o apoio do Ministério Público e quem vai realizar é o Tribunal de Contas do Estado. Isso vai dar credibili-

dade ao resultado.

Por isso, a atitude do deputado Gildevan foi muito importante, pois permite que esse debate seja feito na Assembleia. Se tivesse sido votado no calor daquele dia, provocado pelo desejo legítimo de uma parte da sociedade capixaba, poderia ter sido votado sem essas reflexões da constitucionalidade, do desembolso da quebra de contrato.

> Com o pedido de vista do decreto legislativo, esse prazo pode ajudar a evitar esses prejuízos?

Temos possibilidade de que os parlamentares votem na quarta-feira e possam fazer uma reflexão sobre o tema. Pessoalmente, eu gostaria muito de reduzir ou até de eliminar o pedágio. Mas só posso fazer redução ou qualquer alteração no contrato se tiver um estudo que aponte que é possível.

Se não, tenho de resguardar meu desejo pessoal e executar minha tarefa constitucional e legal de governador do Estado, que é de fazer com que esse Estado possa dar um sinal claro para o Brasil e para o mundo de que é um Estado moderno, que respeita as pessoas, cidadãos, empresas. É isso que estamos debatendo hoje na Assembleia.



EQUIPE do governo em reunião sobre auditoria do contrato com a Rodosol: documento vai ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para análise e conclusão em três meses

JUSSARA MARTINS - 05/07/2013